



# O CICLO DA BORRACHA E A APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO: RESISTÊNCIA INDÍGENA E MIGRAÇÃO NORDESTINA PARA A AMAZÔNIA<sup>i</sup>

---

**Marcelo Venâncio**

*Universidade Federal do Norte do Tocantins*

## RESUMO

O presente texto se propõe a uma revisão bibliográfica da apropriação capitalista da Amazônia a partir do ciclo da borracha, iniciado nos anos iniciais do século XIX. Esse processo reconfigurou ainda mais o território com a inserção de novos atores, promovendo a integração da região nos circuitos globais do capitalismo industrial, acentuando conflitos territoriais, estimulando migrações internas (como a nordestina) e provocando novas formas de resistência. Assim, o objetivo deste texto é discutir as transformações socioespaciais da região amazônica a partir da exploração da borracha e da migração nordestina, ressaltando a continuidade histórica dos processos de violência, resistência e (re)invenção dos modos de vida na Amazônia. Metodologicamente, assenta-se na revisão da literatura crítica sobre o tema, priorizando autores que discutem os processos históricos de exploração da Amazônia, a dinâmica da economia extrativista e as formas de resistência dos povos indígenas e migrantes. Foram analisados textos clássicos e recentes que abordam aspectos históricos, econômicos, sociais e geopolíticos da formação territorial amazônica.

**Palavras-chave:** Ciclo da borracha; Amazônia; Migração nordestina; Resistência.

## The rubber cycle and the appropriation of the Amazonian Territory: Indigenous resistance and northeastern migration to the Amazon

---

## ABSTRACT

This article aims to present a theoretical review of the appropriation of the Amazonian territory starting from the rubber cycle, especially from the 19th century onwards. This process further reconfigured the Amazon region through the insertion of new actors, promoting its integration into the global circuits of industrial capitalism, intensifying territorial conflicts, stimulating internal migrations (such as that from the Brazilian Northeast), and triggering new forms of

resistance. Thus, the objective of this paper is to discuss the socio-spatial transformations of the Amazon region stemming from rubber exploitation and northeastern migration, highlighting the historical continuity of processes of violence, resistance, and the (re)invention of ways of life in the Amazon. Methodologically, this study is based on a review of critical literature on the topic, prioritizing authors who address the historical processes of Amazonian exploitation, the dynamics of the extractivist economy, and the forms of resistance by Indigenous peoples and migrants. Both classical and recent texts were analyzed, addressing historical, economic, social, and geopolitical aspects of the territorial formation of the Amazon.

**Keywords:** Rubber cycle. Amazon. Northeastern migration. Resistance.

## INTRODUÇÃO

O processo de colonização da Amazônia é marcado por estratégias de apropriação do território através da exploração econômica dos recursos naturais, da expropriação e da precarização das condições de vida dos povos que nela vivem. Em Venâncio (2020) e Venâncio e Chelotti (2023), analisamos como a busca pelas “drogas do sertão” (especiarias extraídas da floresta) foi fundamental para a manutenção da posse portuguesa sobre a região no século XVII. Essa dinâmica, sustentada pela exploração da mão de obra indígena, deixou marcas profundas de violência e exploração predatória da Floresta, consolidando a Amazônia como espaço periférico na economia-mundo capitalista.

Com a perda da importância econômica das “drogas do sertão”, uma árvore, abundante na paisagem amazônica, emerge como importante fonte de recurso: a seringueira, de onde se retira o látex para a fabricação da borracha. Nesse sentido, com a descoberta e a consequente valorização da goma elástica (inicialmente utilizada pelos povos indígenas e, posteriormente, apropriada pelos colonizadores) abriram um novo ciclo de exploração, sobretudo após a descoberta da vulcanização no século XIX, tornando, dessa maneira, essa goma uma matéria-prima estratégica para a Revolução Industrial, inserindo a Amazônia em novas redes globais de circulação de mercadorias e capitais, aprofundando ainda mais o processo de precarização do território.

Nesse contexto, o presente texto foca no ciclo da borracha, que, a partir do século XIX, reconfigurou ainda mais o território amazônico com a inserção de novos atores, promovendo a integração da Amazônia nos circuitos globais do capitalismo industrial, acentuando conflitos territoriais, estimulando migrações internas (como a nordestina) e provocando novas formas de resistência. O objetivo, então, é discutir as transformações socioespaciais da região amazônica a partir da exploração da borracha e da migração nordestina, ressaltando a continuidade histórica dos processos de violência, resistência e (re)invenção dos modos de vida na Amazônia, que permanecem até os dias atuais. Dessa forma, Defendemos que o ciclo da borracha, ao inserir a Amazônia nos circuitos globais do capitalismo industrial, intensificou processos de expropriação dos povos originários e atraiu

migrações forçadas, como a nordestina, precarizando o território a partir de relações desiguais e violentas de produção. Ao mesmo tempo, esse mesmo processo deu origem a práticas cotidianas de resistência, que seguem reinventando modos de vida na floresta, mesmo diante dos sucessivos projetos de dominação impostos de fora para dentro.

Com o intuito de chegar a esse resultado, a construção metodológica deste texto assentou-se na revisão da literatura crítica sobre o tema, priorizando autores que discutem os processos históricos de exploração da Amazônia, a dinâmica da economia extrativista e as formas de resistência dos povos indígenas e migrantes. Foram analisados textos que abordam aspectos históricos, econômicos, sociais e geopolíticos da formação territorial amazônica.

Para organização didática da discussão, o presente texto está dividido em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, discutem-se a descoberta e o uso inicial da borracha pelos povos indígenas e sua posterior inserção no mercado internacional. Na segunda, analisam-se a expansão da economia da borracha, a apropriação dos territórios indígenas e o papel da migração nordestina na formação da mão de obra. Além disso, abordam-se as consequências socioeconômicas e territoriais do ciclo da borracha para a Amazônia, destacando tanto os processos de resistência quanto os impactos da crise no século XX.

Dessa forma, é importante ressaltar que examinar o processo de colonização da Amazônia é sempre importante para se compreender o contexto de retrocessos atuais, principalmente com o fortalecimento da extrema direita no Congresso Nacional e a consequente desregulamentação das políticas ambientais, o enfraquecimento dos órgãos fiscalizadores e o incentivo ao garimpo ilegal e ao desmatamento na referida região. Assim, o processo de colonização deixou rastros de violência e miséria a partir da destruição dos recursos naturais e da expropriação dos povos indígenas que viviam e vivem na Amazônia há milhares de anos. Para justificar essa invasão, várias narrativas sobre a região são forjadas, tais como: região atrasada, vazio demográfico, povos indolentes, entre outras, conforme ressalta Porto-Gonçalves (2012).

### **A descoberta da borracha e a inserção da Amazônia ao mercado global**

Antes de iniciar essa análise, é importante esclarecer que o uso da goma elástica não se originou com os europeus. Anterior a eles, a utilização desse produto já era feita por grupos indígenas que habitavam a região do Solimões-Marañon, que mais tarde foram catequizados pelos jesuítas espanhóis no final do século XVII. Com a expulsão dos espanhóis, a responsabilidade pela catequização dos indígenas passou a ser da missão portuguesa dos carmelitas<sup>ii</sup>. Santos (1980) observa que foi nesse contexto que os portugueses aprenderam com os indígenas a trabalhar com a borracha. No entanto, de acordo com o autor, embora os portugueses tivessem percebido as potencialidades desse produto, não compreenderam imediatamente o seu valor mercantil até que negociantes dos Estados Unidos se mostrassem

interessados pela goma crua amazônica, começando, a partir de 1800, a importá-la do Brasil. Esse processo trouxe novos atores para a região, resultando, assim, em mudanças significativas na paisagem amazônica.

Apesar de iniciar em 1800, Santos (1980) afirma que foi só a partir de 1820 que a exploração capitalista da borracha na Amazônia ganhou importância significativa com a exportação de sapatos e tecidos emborrachados, em sua maioria para os Estados Unidos. Esse comércio se intensificou com a introdução de moldes de madeira por um comerciante de Boston a seus fornecedores do Pará. Ainda conforme o autor,

[...] o volume de sapatos exportados tornou-se crescente. Em 1823, venderam-se em Boston 25.000 pares de sapatos; entre 1836 e 1839, apesar das dificuldades políticas internas que ainda assolavam o Pará, a exportação desses artigos para os Estados Unidos atingiu 383.039 pares; e a quantidade total exportada para diversos portos estrangeiros foi de 454.930 pares (Santos, 1980, p. 51).

O autor também menciona que o preço dos sapatos era baseado no quilo da borracha usada na sua fabricação. Nesse sentido, é impossível se verificar, nas estatísticas disponíveis sobre a economia brasileira, a quantidade exata de exportação, pois tudo era registrado em tonelagem, impossibilitando discernir quanto da borracha era exportado em estado bruto e quanto era exportado em forma de calçados. Contudo, é evidente um aumento significativo nas exportações da borracha, que passaram de 93 toneladas em 1825 para 2.531 toneladas em 1860, ou seja, um aumento de 2.621,51% em pouco mais de 30 anos, conforme mostra o Quadro 1.

Apesar dessa crescente demanda por borracha, esse produto ainda não se consolidou como a principal fonte econômica da Amazônia. Contudo, é com a Revolução Industrial e a descoberta do processo de vulcanização da goma elástica em 1839, seu uso se torna fundamental em diversas aplicações industriais, como correias de transmissão, amortecedores de impacto das engrenagens industriais, entre outras utilidades. Assim, a borracha passou a ser reconhecida como um dos principais produtos na indústria, aumentando ainda mais a sua demanda.

No final do século XIX, a borracha impulsionou mudanças significativas no modo de vida urbano e no desenvolvimento do sistema rodoviário, principalmente devido à sua utilização na fabricação de pneumáticos, o que elevou significativamente a sua demanda. Além disso, a borracha tornou-se uma importante matéria-prima de componentes para máquinas industriais e na fabricação de fios para redes elétricas e de comunicação (telégrafo, telefone, energia) (Porto-Gonçalves, 2012).

**Quadro 1:** Quantidade de borracha exportada da Amazônia entre os anos de 1825 e 1860

Ano	Toneladas
1825	93
1830	156
1834-35	175
1839-40	418
1844-45	367
1849-50	879
1854-55	2.868
1859-60	2.531

Fonte: Santos (1980). Org.: Venancio (2020).

Conforme relata Santos (1980), o aumento da demanda global por borracha só foi viável em virtude das inovações técnicas ocorridas no setor de transportes com a introdução do navio a vapor em 1853. “Esse fato parece ter tido muito mais importância econômica e política do que a abertura do Amazonas à navegação internacional, em 1867, e na verdade suas causas e efeitos foram bem mais complexos do que à primeira vista parecem” (Santos, 1980, p. 53).

Esse período foi considerado tão importante que alguns autores, como Clément (2008) e Porto-Gonçalves (2012), destacam que a exploração da borracha possibilitou a integração da Amazônia a nível internacional, por exemplo, com a imigração de comerciantes semitas que se instalaram nas pequenas cidades do interior e, também, com a presença de empresários europeus em Manaus. Diante dessa importância no espaço internacional, a Amazônia passa a ser vista como uma grande reserva de borracha, e, com o apoio de bancos e grandes empresas, muitos negociantes e aventureiros se apropriam de territórios indígenas para a exploração dos seringais. Estes, de acordo com Clément (2008), dividiam-se da seguinte forma:

[...] **as colocações**, áreas onde se produzia a borracha e se localizavam as casas dos seringueiros e; **o barracão**, que agrupava a casa do **seringalista** e os lugares de armazéns das mercadorias e da borracha. Além dos **seringueiros** e dos seringalistas, se encontravam nos seringais: **os mateiros**, que determinavam as áreas com mais seringais; **os comboieiros**, responsáveis por levar as mercadorias para seringueiros e a borracha para o seringalista; **o pesador** e classificador da borracha; **o guarda-livros**, que registrava todas as transações do barracão num livro de contas e; **o capacete**, o gerente que supervisionava todas as atividades e substituíria o seringalista que tinha ido morar na capital. Os **seringueiros** eram embaixo da escala social, mas era possível que mudaram de função até chegarem algumas vezes a serem seringalistas (Clément, 2008, p. 6, grifos nossos).

Apesar das possibilidades rentáveis na exploração da borracha, os portugueses enfrentaram um grande problema: a escassez de mão de obra. Nesse sentido, Santos (1980) salienta que a maior dificuldade na exploração da borracha era a falta de trabalhadores para trabalhos produtivos e domésticos. Para resolver esse problema, os indígenas foram arregimentados, tornando-se remadores forçados, pescadores dos seringalistas, lavradores, serviçais, soldados de infantaria e, também, extratores de borracha. Eles eram arrancados de seus territórios e, apesar de resistirem com a ajuda de religiosos que habitavam a região, foram escravizados e a eles couberam as alternativas de morte, “amansamento” ou fugir para outras regiões. Mesmo assim, a mão de obra indígena não foi uma empresa fácil, uma vez que havia muitos que não aceitavam a escravidão e as fugas e os conflitos eram constantes. Foi nesse contexto que a mão de obra nordestina começou a fazer parte da paisagem amazônica.

### **A exploração do trabalho e as estratégias de resistência no ciclo da borracha: a migração nordestina**

Conforme já ressaltado, um dos grandes entraves na exploração da borracha na Amazônia foi escassez de mão de obra para trabalhar nos seringais. Uma das soluções encontradas foi a escravização dos povos indígenas, o que não foi uma tarefa fácil, pois estes não aceitavam o trabalho forçado. Além dos indígenas, Santos (1980) ressalta que parte desses trabalhadores, era composta, ainda, por estrangeiros, cujo trabalho foi de natureza espontânea e não dirigida, diferentemente do que ocorreu com os povos indígenas. Assim, tem-se:

[...] a obra dos ingleses no aparelhamento da região quanto à infra-estrutura de portos, energia, telefonia, telegrafia, saneamento básico etc.; a de alemães, americanos, franceses e, ainda, ingleses, no setor da comercialização e do crédito; a dos hebraicos, inclusive judeus-espanhóis e norte-africanos, que remonta a meados do século XIX, nas práticas de escritório e de contabilidade comercial; a dos sírio-libaneses, no comércio de regatão; a dos portugueses, no comércio varejista e também de atacados. Abstração feita das atividades ligadas à infra-estrutura, o traço comum dessas contribuições é a organização dos serviços terciários de natureza privada, numa região em que o tirocínio mercantil se apresentava extremamente atrasado. (Santos, 1980, p. 97).

Mas, mesmo com a presença de trabalhadores indígenas e estrangeiros, a mão de obra continuava sendo o maior entrave na exploração da borracha e no crescimento econômico que se esperava da região. Mas a exploração dos seringais ganhou reforço importante a partir da mão de obra nordestina que migrou para a

Amazônia fugindo da seca (1877-1900) e se tornou, dessa forma, o braço de sustentação das atividades extrativas e agrícolas dos seringais. Sobre isso, Santos (1980, p. 98) ressalta algumas contribuições nordestinas na região:

Descontando-se os maranhenses, cujas ligações com o Pará remontavam ao período colonial, é provável que as imigrações tipicamente nordestinas hajam começado em fins da primeira década do século XIX, a partir da seca de 1808-1809, acentuando-se lentamente até os anos setenta [do mesmo século]. Muitas vezes essa corrente migratória assumiu papel pioneiro no desbravamento de regiões da Amazônia. Arthur Reis de refere algumas das contribuições portadoras de tal caráter: a localização pernambucana no Purus, em 1852; o estabelecimento de 40 famílias do Maranhão e do Ceará no Itapá, próximo à foz do Purus, em 1857, grupo que depois iniciaria o cultivo da salsa no Beruri; em 1869, uma leva de cearenses no Tauariá; a fundação do povoado de Cadajás no Solimões, em 1870, contando centenas de maranhenses e paraenses do Baixo Amazonas; a instalação do povoado de Lábrea, em 1871, também com maranhenses. (colchetes nossos).

Apesar de as políticas públicas de combate à seca no Nordeste já terem sido postas em ação, de acordo com Santos (1980), com a estiagem de 1877, a entrada de trabalhadores nordestinos ganhou impulso na Amazônia. Tem-se aí, conforme expôs Nascimento (1998), a primeira corrente migratória de nordestinos, na maioria populações rurais, para a Amazônia e que contou com o apoio do governo central. Em outros casos, os próprios donos dos seringais se deslocavam para o Nordeste, especialmente para o Ceará, e recrutavam trabalhadores sob a promessa de vários benefícios, principalmente de uma boa quantia a ser paga pelo trabalho nos seringais. No período entre 1890 e 1910, desembarcaram em Belém e em Manaus cerca de meio milhão de trabalhadores – que logo eram conduzidos às zonas produtoras de látex. Assim, a contribuição dos nordestinos permitiu a elevação da produção da borracha em 40% do total da exportação brasileira em 1910, fazendo desse produto uma importante fonte econômica do Brasil naquele século.

Nessa conjuntura, a importância da produção da borracha na economia brasileira foi tanta que, além de provocar a migração para a Amazônia, a maioria dos trabalhadores da região passou a se dedicar integralmente aos seringais. Isso preocupou tanto a elite fundiária do Nordeste quanto a elite fundiária da Amazônia. No caso do Nordeste, o índice migratório foi tão alto que deixou desfalcada a mão de obra para lá trabalhar nas lavouras, fato que preocupou bastante os grandes proprietários de terra nordestinos. Já na Amazônia, além de trabalhadores que migraram exclusivamente para se voltar ao trabalho nos seringais, os trabalhadores que se dedicavam às lavouras de cana-de-açúcar, cacau, café e algodão passaram a se dedicar à exploração do látex. Esse fato causou descontentamento nas

oligarquias fundiárias da época, pois, além de perderem suas bases de poder, suas estruturas produtivas se desorganizavam e o custo de vida em Belém aumentava, o que gerava, assim, conflitos entre a agricultura e o extrativismo (Nascimento, 1998; Porto-Gonçalves, 2012).

Ainda com relação aos trabalhadores migrantes do Nordeste, além de chegarem com dívidas dos custos da viagem, tinham de pagar pelos utensílios que utilizavam no trabalho e pelos víveres<sup>iii</sup> que eram antecipados a eles pelos seringalistas – que, por sua vez, os recebiam de comerciantes vinculados às casas aviadoras<sup>iv</sup>. Mas a maior parte dos extratores-seringueiros não conseguia quitar suas dívidas com o barracão do patrão-seringalista, o que fazia com que trabalhassem mais. Sobre isso, Porto-Gonçalves (2012) aponta que, como a maioria dos seringueiros não decifrava os códigos da língua portuguesa escrita, não conseguia, portanto, controlar os mecanismos de preços, o que ficava por conta do guarda-livros, do gerente ou do próprio patrão. Dessa forma, era de interesse dos patrões manter os seringueiros com dívidas, pois um “saldo” poderia libertá-los, realizando seu sonho de retornar para o Nordeste.

Santos (1980) ressalta que, devido ao baixo uso de moedas, o sistema de aviamento desempenhava o papel de elemento sustentador de toda a estrutura social amazônica. Aviar, nesse sentido, significa fornecer mercadorias a crédito e funcionava da seguinte forma:

O “aviador” de nível mais baixo fornecia ao extrator certa quantidade de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho, eventualmente pequena quantidade de dinheiro. Em pagamento, recebia a produção extrativa. Os preços dos bens eram fixados pelo “aviador”, o qual acrescentava ao valor das utilidades fornecidas juros normais e mais uma margem apreciável de ganho, a título do que se poderia chamar de “juros extras”. Esse “aviador” por seu turno era “aviado” por outro e também pagava “juros extras” apreciavelmente altos. (Santos, 1980, p. 159, grifos do autor).

Acima desses aviadores estavam as firmas exportadoras, que eram as principais beneficiárias desse regime. Essas firmas se valiam da concentração de renda com juros extras e do rebaixamento do preço local da borracha. Nessa cadeia de aviamento, o seringueiro tornava-se escravizado, visto que suas dívidas com o aviador nunca eram pagas. Além de permanecerem escravizados por dívidas nos seringais, os seringueiros eram proibidos de praticar a agricultura, porque obrigá-los a trabalhar apenas na extração da borracha viabilizava também as casas aviadoras, que, além de comprarem a borracha, vendiam alimentos, utensílios e outros produtos supérfluos e, ainda, quanto maior a dívida dos trabalhadores, mais eles aumentavam a produção da borracha. Porto-Gonçalves (2012, p. 88) afirma que

[...] a montagem dos próprios seringais estava ligada ao financiamento de alguma casa aviadora. Era esse sistema de mão dupla – subir os rios levando víveres e alimentos e descer trazendo borracha – que viabilizava o sistema de aviamento, as casas aviadoras e os coronéis de barranco, desde que, obviamente, o seringueiro produzisse a borracha que sustentava a todos. O sistema tornar-se-ia praticamente inviável, caso os navios tivessem que subir os rios vazios. [...] O seringueiro se via, assim, submetido a um sistema *sui generis* de dependência, que começava com o custo de viagem e prosseguia no isolamento geográfico no interior da floresta. [...].

Em contraste com esse sistema de submissão dos trabalhadores a formas subumanas de trabalho, as cidades onde se concentrava o comércio da borracha experimentavam índices gigantescos de crescimento, com modernizações urbanas que, conforme Porto-Gonçalves (2012), eram de fazer “inveja” à Capital Federal – o Rio de Janeiro – e mesmo à cidade de Nova Iorque. Manaus, por exemplo, disputava com Nova Iorque a primazia de primeira cidade da América a ter iluminação pública ou um moderno sistema de transporte (os bondes). Clément (2008) acrescenta que Manaus absorveu quase todos os benefícios da exploração da borracha, o que dificultou que outros centros urbanos se desenvolvessem. Assim, o lucro da extração da borracha permitiu urbanizar a cidade e construir grandes obras (Teatro Amazonas, Palácio Rio Negro, Mercado Adolpho Lisboa), colocando a cidade como modelo no cenário mundial, atraindo homens e mulheres de todos os lugares.

A exploração da borracha na região amazônica, além de permitir o seu crescimento e a sua modernização, contribuía também para a entrada de divisas no país, chegando, inclusive, a rivalizar com o café, mesmo não contando com nenhuma política de sustentação de preços por parte do governo brasileiro como acontecia com o café. As elites fundiárias da Amazônia, porém, não recebiam a mesma atenção do governo central dispensada às elites do Centro-Sul. Mesmo no caso da política de imigração europeia para o Sul e o Sudeste do país, o governo se negava a fazer o mesmo com a Amazônia sob o discurso de que o clima da região era um obstáculo para os europeus, sendo adequado apenas ao trabalho escravizado. Mesmo no conflito com a Bolívia envolvendo o Acre, a interferência do governo na defesa dos interesses brasileiros aconteceu tardiamente. De acordo com Porto-Gonçalves (2012, p. 89),

Mesmo assim, após a incorporação do Acre ao Brasil, o governo federal inventou uma figura jurídica, o território federal, desconhecida da constituição de 1891 então em vigor, colocando aquele espaço sob a jurisdição direta do governo federal de onde se retirou, sob forma de impostos, recursos que, entre outras coisas, financiaram o embelezamento da capital, Rio de Janeiro, à época do prefeito Pereira Passos. E,

aqui começa a construção da imagem da “cidade maravilhosa”, com dinheiro do Acre, para se afirmar diante do poder econômico de São Paulo. É na Amazônia que se esclarece a rivalidade entre Rio e São Paulo. (grifos do autor).

Apesar do crescimento da produção da borracha na Amazônia, sobretudo com o aumento da mão de obra disponível, não se conseguia atender de forma efetiva à demanda do mercado mundial, uma vez que sempre havia escassez desse produto, o que contribuía para a viabilização do seu alto preço. Segundo Clément (2008), em 1874, os ingleses conseguiram extrair mudas de *Havea* da Amazônia e iniciaram a produção no sul da Ásia. Com isso, os asiáticos entraram no mercado da borracha em 1910 com produção em larga escala e custos bem mais baixos. Em 1913, o Extremo Oriente já produzia 48 mil toneladas do produto, o que superava a produção da Amazônia, que era de pouco mais de 39 mil toneladas.

Dessa forma, a entrada da produção asiática de borracha no mercado levou os seringais amazônicos a uma profunda crise. Com a queda dos preços, as firmas exportadoras retiraram seu capital e saíram do país, deixando a função de exportação para as casas aviadoras, que continuaram, por um bom tempo, comprando a borracha. Mas estas, aos poucos, foram sendo descapitalizadas, fazendo ruir o sistema de aviação. Vários seringais foram fechados. Mas, mesmo com essa crise, os amazônidas demonstraram a capacidade de reorganizar suas vidas numa situação desfavorável, pois aqueles que não voltaram para suas regiões de origem permaneceram no interior da floresta, em seringais abandonados pelos patrões ou em seringais que passaram a ser administrados pelos gerentes das casas aviadoras que assumiram os seringais de seringalistas com elas endividados (Santos, 1980; Clément, 2008; Porto-Gonçalves, 2012).

Para manter a mão de obra nos seringais, os novos administradores tiveram de fazer uma série de concessões, dentre elas: a permissão da prática da agricultura para garantir o abastecimento do território (combinação da agricultura com o extrativismo) e a constituição de família pelos seringueiros, pois, no período áureo da borracha, isso era proibido. Isso permitiu o maior enraizamento dos trabalhadores no interior da floresta; além disso, houve queda nos índices de doenças e mortalidade na região com a melhoria na alimentação. Mas, durante a Segunda Guerra Mundial, com a conseqüente alta por causa da retomada da produção de borracha (evento conhecido como “Batalha da Borracha”), o índice de mortalidade voltou a aumentar devido às péssimas condições de trabalho a que os seringueiros eram submetidos (Porto-Gonçalves, 2012).

Para Becker (2004), a colonização da Amazônia teve início com a exploração das “drogas do sertão” e com o *boom* da borracha; depois vieram os períodos de apropriação do território (1616-1777), delimitação da Amazônia (1850-1899) e definição dos limites territoriais (1899-1930). Pode-se identificar, conforme a autora, a partir daí, três características dessa colonização, a saber:

- A) UMA OCUPAÇÃO TARDIA DEPENDENTE DO MERCADO EXTERNO: [...] a ocupação do que hoje é a Amazônia, do Brasil e de toda a América Latina, constitui um episódio do amplo processo de expansão marítima das empresas comerciais europeias, formando-se essas regiões como as mais antigas periferias da economia-mundo capitalista. Em outras palavras, constituíram-se no paradigma sociedade-natureza denominado “economia de fronteira”, em que o progresso é entendido como crescimento econômico e prosperidade infinitos, baseados na exploração de recursos naturais, percebidos como igualmente infinitos (BOULDING, 1966; BECKER, 1997). No caso da Amazônia, sua ocupação se fez em surtos devassadores ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional, seguindo-se longos períodos de estagnação;
- B) A IMPORTÂNCIA DA GEOPOLÍTICA: como a ocupação regional se fez invariavelmente a partir de iniciativas externas, só a Geopolítica explica como foi possível controlar tão extenso território com tão poucos recursos. A Geopolítica sempre esteve associada a interesses econômicos, mas estes foram, via de regra, malsucedidos na sua implementação. Permaneceu, assim, o caráter político ideológico da atuação do governo português e depois brasileiro, que conseguiram controlar o território sem correspondente aumento da população e do crescimento econômico, isto é, sem uma base econômica e populacional estável, capaz de assegurar a soberania sobre a área. O controle do território foi mantido por um processo de intervenção em locais estratégicos – fortes na embocadura do grande rio e de seus principais afluentes –, pela posse gradual da terra (*uti possidetis*) e pela criação de unidades, administrativas diretamente vinculadas ao governo central;
- C) EXPERIÊNCIA E O CONFRONTO DE MODELOS DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL: trata-se de duas concepções distintas. Uma, baseada numa visão externa ao território, que afirma a soberania privilegiando as relações com a metrópole; ocorreu na era do marquês de Pombal durante a Colônia, o Império, no “boom” da borracha etc. A outra, baseada numa visão interna do território, fruto do contato com os habitantes locais, e privilegiando o crescimento endógeno e a autonomia local, como ocorreu com o projeto missionário. As missões ainda conseguiram o controle do território com uma base econômica organizada, o que o governo colonial não logrou realizar. Aliás, os feitos econômicos governamentais em surtos dominantes em curtos períodos de tempo e certos espaços, foram desagregadores para o vale do Amazonas, embora tenham constituído condição fundamental para a unidade política da Amazônia. (Becker, 2004, p. 24-25).

Assim, a fase inicial da colonização da Amazônia foi marcada pela extração de produtos para exportação, como as “drogas do sertão” e a borracha, por estratégias de posse e controle do território e por dois modelos de ocupação, conforme já discutido em Venâncio (2020) e Venâncio e Chelotti (?????). Conforme Becker (2004), o modelo endógeno de ocupação foi muito menos expressivo após as missões, sendo hoje representado por alguns poucos projetos de colonização e, sobretudo, pelos povos indígenas, seringueiros e ribeirinhos, que hoje os fortalecem.

Com o objetivo de acelerar o processo de colonização e ocupação da Amazônia, houve, a partir de 1930, uma crescente intervenção do Estado na economia e no território, dando início à fase do planejamento regional. Esse período corresponde à implantação do Estado Novo de Getúlio Vargas, quando algumas ações foram implementadas com uma preocupação regional, tais como a “Marcha para Oeste”, a criação da Fundação Brasil Central (1944), a inserção de um Programa de Desenvolvimento para a Amazônia na Constituição de 1946, a delimitação da região por critérios científicos e a criação da Superintendência de Valorização Econômica (SPVEA) (Becker, 2004).

Sobre esse período, Oliveira (1988) ressalta que, como todo o resto do mundo, o Brasil também sentiu os efeitos da Crise de 1929, ou a Grande Depressão. Visando a atenuar tais efeitos, Vargas buscou criar um projeto brasileiro de desenvolvimento industrial, fruto de novas alianças de classes e frações de classes ligadas ao aparelho estatal de poder. A Amazônia, nesse contexto, ganha pela primeira vez uma importância estratégica. No programa estadonovista, a floresta era uma preocupação geopolítica e tinha um peso importante nas políticas de fronteira e de segurança nacional. Assim, Vargas lança uma série de programas de colonização da Amazônia denominada “Marcha para Oeste” – que consistia na ocupação dos espaços vazios.

Fatheuer (2012) salienta que em 1940 Vargas fez um discurso em Manaus que pode ser considerado um dos mais importantes na criação de uma moderna política desenvolvimentista para a Amazônia, definida pelo então presidente como uma estratégia nacional. Discursou Vargas as seguintes palavras:

Nada nos deterá nessa arrancada, que é no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar, dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da Terra e, equiparado aos outros grandes rios, irá se tornar um capítulo da história da civilização (Vargas, 1940 *apud* Fatheuer, 2012, p. 80).

O que marca o discurso de Vargas é a ideia de “modernidade eurocêntrica” (Dussel, 2005; Quijano, 2005; Porto-Gonçalves, 2006), de região selvagem, atrasada e que precisa ser domada graças ao envolvimento e à vontade dos “civilizados”. Isso, conforme Fatheuer (2012), é uma negação daquilo que lá existia (o modo de vida dos povos originários, por exemplo), percebido apenas como parte da natureza, como se isso fosse desvantagem, um *déficit*. Nesse toar, continua Vargas (1940): “O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica do modo de viver dos ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, fixe-se e estabeleça a família com saúde e com conforto” (*apud* Fatheuer, 2012, p. 80).

Dessa forma, o discurso de Vargas de “domar” a natureza sintetiza aquilo que autores como Porto-Gonçalves (2006) e Quijano (2005) chamam de “projeto civilizatório”, vigente até os dias de hoje nas políticas desenvolvimentistas. A respeito disso, Porto-Gonçalves (2006, p. 62) argumenta:

A ideia de *desenvolvimento* sintetiza melhor que qualquer outra o projeto civilizatório que, tanto pela via liberal e capitalista, como pela via social-democrata e socialista, a Europa Ocidental acreditou poder universalizar-se. *Desenvolvimento* é o nome-síntese da ideia de *dominação da natureza*. (grifos do autor).

Ser desenvolvido é ser, então, tudo aquilo que se afasta da natureza: o urbano, o industrializado e outros *constructos* humanos. Aqueles que se opõem à ideia-chave de desenvolvimento são, com frequência, acusados de atraso, de quererem voltar ao passado – ao estado de natureza selvagem – e, enfim, de se oporem ao progresso e ao desenvolvimento. Esse discurso é muito utilizado atualmente para definir aqueles que possuem uma postura crítica frente à construção de grandes obras, como barragens, rodovias, conjuntos habitacionais, e à exploração mineral, entre outras ações. Essa ideia permeou a política desenvolvimentista de Vargas (conforme sintetiza o seu discurso) e marca todo o processo de colonização da Amazônia, como se verá a seguir.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e a ocupação japonesa dos seringais da Malásia, os aliados perderam acesso à borracha asiática, dando uma nova chance ao produto extraído no Brasil, o que coloca, dessa forma, o país na rota do comércio mundial. Os Estados Unidos estavam em plena expansão e demonstravam um especial interesse no produto brasileiro. Ciente desse interesse, o governo do país firmou com o governo norte-americano o “Acordo de Washington”. Um dos pontos desse acordo era o investimento no Brasil, ao passo que o governo brasileiro se encarregaria de arregimentar mão de obra para os seringais da região, levando à ocorrência da segunda corrente migratória para a Amazônia (Nascimento, 1998; Peixoto, 2009).

Nascimento (1998) elaborou um resumo dos principais pontos do referido acordo. Assim, ficaram estabelecidos os seguintes compromissos:

- 1) O Brasil concordava em vender para a *Rubber Reserve Company* toda a borracha excedente às necessidades do consumo interno;
- 2) O preço teto fixado para a borracha era de 39 contos por libra para a qualidade fino-lavada (borracha de melhor qualidade, sem impurezas);
- 3) A *Rubber Reserve Company* concedia um prêmio de 2,5 contos, por libra-peso, para toda a borracha exportada que excedesse a 5.000 toneladas; ultrapassando este limite, o prêmio seria elevado para 5 contos por libra-peso;
- 4) O produto destes prêmios seria aplicado, conjuntamente com o crédito de cinco milhões de dólares concedido ao Brasil, no imediato desenvolvimento da produção, considerando-se não somente a melhoria de sua qualidade, como as condições gerais da região e do trabalhador, através de um plano de sistematização; o Brasil tudo faria para aumentar a produção e, tendo em vista as necessidades dos Estados Unidos, venderia também a produção de borracha manufaturada excedente ao consumo interno;
- 5) O Brasil designaria uma única agência de compra e venda para adquirir no interior e colocar no exterior e nas fábricas nacionais toda a produção de borracha;
- 6) Os Acordos tinham a duração de cinco anos, com direito a reajustamento periódico de preços durante os três últimos anos, levando-se em consideração as circunstâncias que, porventura, viessem a afetar o custo da produção (Nascimento, 1998, p. 3-4).

Com a assinatura do referido acordo, a quantidade de extratores de borracha, na década de 1940, chegava a 34 mil, produzindo uma média anual de 16 mil toneladas. Mas, como era desejo dos Estados Unidos pelo menos quintuplicar a produção da borracha, o governo brasileiro criou uma ação de política pública chamada “Batalha da Borracha”. Para implementação dessa Batalha, os governos estadunidense e brasileiro criaram uma série de órgãos e instituições que, de acordo com Nascimento (1998), são:

- **Banco de Crédito da Borracha:** responsável por fomentar a produção com a concessão de crédito para a empresa extrativista e exercer o monopólio final da compra e venda da borracha, tanto interna como externa; criado através do Decreto de Lei nº 4.841, de 17 de outubro de 1942;

- **Departamento Nacional de Imigração:** ficou encarregado de recrutar e encaminhar trabalhadores para a Amazônia e fiscalizar outros órgãos envolvidos na Batalha;
- **Comissão de Controle dos Acordos de Washington:** responsável por coordenar e auxiliar nas atividades de grupos brasileiros e estadunidenses que atuavam na operacionalização da “Batalha da Borracha”; criada através do Decreto de Lei nº 4.523, de 25 de julho de 1942;
- **Superintendência para o Abastecimento do Vale Amazônico:** responsável por abastecer com gêneros alimentícios o Vale Amazônico e coordenar as medidas a serem tomadas com os Estados da região visando ao abastecimento e incremento da produção de alimentos, providenciando a aquisição das mercadorias, dentro e fora do país, e seu transporte para a Amazônia, formando estoques; criada através do Decreto de Lei nº 5.044, de 04 de dezembro de 1942;
- **Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia,** depois substituído pela **Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para Amazônia:** tinha por objetivo recrutar, encaminhar e colocar trabalhadores nos seringais, transportando-os até Belém;
- **Serviço Especial de Saúde Pública:** criado para prestar assistência médica e sanitária aos “soldados da borracha”;
- **Serviço de Navegação e Administração do Porto do Pará:** criado para transportar os “soldados da borracha” dos portos de Belém para Manaus, Porto Velho e Acre.

Com o intuito de implementar a “Batalha da Borracha”, o governo brasileiro promoveu uma campanha propagandística para mobilizar a população, buscando seu apoio ou engajamento em nome da defesa da “pátria ameaçada”, no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Dessa forma, o governo apelava para os sentimentos patrióticos dos brasileiros. As propagandas eram divulgadas principalmente no Nordeste, como mostram os dois trechos de discursos de Vargas reproduzidos pelo jornal *O Acre* de 1943, transcritos a seguir:

Seringueiros: Dediquei todas as energias à batalha da borracha. Precisamos de mais borracha, pois é sobre ela que se encontra a guerra moderna, pois são grandes os equipamentos que necessitam da goma elástica, produzidos sem repouso, colhendo o látex abundante das seringueiras do Vale Amazônico. Nas guerras modernas não fazem parte somente os soldados que estão nos campos de batalha, mas, toda a Nação: homens e mulheres, velhos e crianças. A vós, desbravadores da

Amazônia, sois os mais importantes soldados. Unidos veremos sibililar a bandeira do Brasil. (Jornal *O Acre*, n. 742, de 20.05.43 *apud* Nascimento, 1998, p. 10).

Seringueiros! [...] o instante que atravessa a Pátria não deixa a nenhum filho do Brasil o direito de esquivar-se do cumprimento do dever. Os esforços de guerra que empreendemos para derrotar os soldados tiranos, e as batalhas que travamos nos campos, fábricas, mares, céus, escolas, lares, templos de fé e etc., estão a exigir de todos nós- soldados da liberdade - uma contribuição maior e melhor pela vitória do Brasil e dos aliados. Todas as nossas atenções e preocupações devem estar voltadas neste momento grave de nacionalidade para a voz de comando do chefe nacional Getúlio Vargas obedecendo com energia e boa vontade, afim de que mais tarde, vitoriosos, olhemos com orgulho o passado de cabeça erguida, entreguemos a nossos filhos e legado dos nossos maiores: A Pátria estremecida, com sua história acrescida do nosso exercício e do amor ao Brasil. (Jornal *O Acre*, n. 742, 30.05.43 *apud* Nascimento, 1998, p. 10).

**Figura 1.** Cartazes de propaganda governamental para mobilização de soldados para a “Batalha da Borracha” na Amazônia, 1943



Fonte: O Etnobotânico. Disponível em: <https://oetnobotanico.wordpress.com>.

Com essas propagandas, o governo brasileiro conseguiu mobilizar um exército de extratores a caminho da Amazônia. Os trabalhadores, conforme Nascimento (1998), seguiram para a Amazônia como se fossem realmente para um campo de batalha, inclusive com alistamento e concessão de uniformes, já que seriam os “soldados da borracha”.

Além de apelarem para os sentimentos patrióticos, os órgãos responsáveis pelo recrutamento dos trabalhadores utilizavam propagandas enganosas, de acordo

com as quais a Amazônia era um paraíso e aqueles que entrassem na batalha teriam grandes possibilidades de enriquecer. Nascimento (1998), em suas pesquisas, constatou, a partir de entrevistas com pessoas que viveram na época, que cartazes (figura 1) eram colocados nos pontos de recrutamento e mostravam os seringueiros no meio da floresta, extraindo látex e enchendo tambores como se fosse nos seringais da Amazônia. Na verdade, as fotografias retratavam os seringais da Malásia, cuja realidade era bem diferente daquela da região amazônica. Nesse sentido, milhares de nordestinos se “alistavam” para participar do “exército” com o sonho de enriquecimento e partiam para a floresta, enfrentando longas viagens em barcos desconfortáveis e perigosos. Assim,

A viagem era longa e cansativa, em navios superlotados, sem o mínimo conforto, onde viajavam mais de mil pessoas, homens, mulheres e crianças, gerando caos e tumulto, num moderno navio negro. A alimentação era de péssima qualidade. Ao chegarem a Belém e a Manaus a situação piorava. Muitos chegavam doentes, outros adoeciam nas pousadas onde eram jogados. Segundo os depoimentos dos “soldados da borracha”, eles eram “amontoados como animais, sofrendo fome e humilhações”. Nas pousadas ficavam esperando dias ou meses até chegarem aos seringais. Neste “exército da borracha” morreram mais “soldados” do que no exército da Força Expedicionária Brasileira que lutava nos campos da Itália, para onde foram enviados, no período de junho de 1944 a fevereiro de 1945 um total de 25.334, pessoas. Destes, apenas 15.059 constituíam o grupo de artilharia e 10.265 era o pessoal de apoio como o grupo de depósito e das várias divisões dentro dos escalões. (Nascimento, 1998, p. 12, grifos do autor).

Muitos trabalhadores, ao chegarem à região, viviam em condições precárias, eram alojados em barracões e não recebiam nenhuma assistência por parte do governo e dos órgãos responsáveis, pois as pessoas que trabalhavam em tais instituições e órgãos não cumpriam seu papel satisfatoriamente e/ou não estavam preparadas para tais funções, fato que contribuiu para o insucesso da “Batalha da Borracha”. Muitos trabalhadores contraíam doenças, eram abandonados, morriam e/ou ficavam inabilitados.

Com o fim do ciclo da borracha, muitos trabalhadores voltaram para suas regiões de origem. Outros ficaram vivendo do extrativismo e da agricultura de várzea no interior da floresta, que garantiam sua subsistência. O rio continuou sendo a base de apoio dos amazônidas. De acordo com Porto-Gonçalves (2012, p. 94),

[...] é possível identificarmos um modelo de ocupação tradicional na Amazônia plasmado por meio de um intercâmbio orgânico com os ecossistemas: o rio, vertedouro natural de toda a água que circula através da floresta, solo e atmosfera,

que serviu para diferentes atividades que se desenvolveram explorando a floresta, os campos e as várzeas. [...] Foi pelos rios que se garantiu a conquista da região. O controle geopolítico da foz da bacia, por meio da cidade de Belém, foi decisivo para o domínio da maior parte da região, por Portugal. Na dificuldade de ocupação efetiva das terras pela escassez demográfica do próprio colonizador, o controle das águas foi decisivo.

Nesse sentido, o autor salienta, também, que a fartura de recursos que a floresta oferecia permitiu que se desenvolvesse uma forte economia de subsistência, o que fez surgir um personagem muito comum na região: o caboclo. Esses caboclos contribuíam para o abastecimento comercial de diversas cidades da região, sobretudo Manaus e Belém, que atuavam como polos de recepção dos produtos oriundos dos rincões mais remotos da floresta. O transporte era feito pelos regatões, que navegavam rio acima, fornecendo aos ribeirinhos os itens de que necessitavam e recolhendo os produtos destinados à comercialização urbana.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os processos de colonização e apropriação do território amazônico revelam a persistência de processos de exploração econômica que, desde o século XVII, submetem a região a interesses externos em detrimento de seus povos e de seus modos de vida. Primeiro com a exploração das “drogas do sertão” e, posteriormente, com o ciclo da borracha, a Amazônia foi sucessivamente integrada ao mercado internacional, sem que houvesse, de fato, a construção de um projeto de desenvolvimento que considerasse suas especificidades sociais, culturais e ambientais.

A exploração de borracha, ao impulsionar a migração do povo nordestino e acirrar a expropriação dos povos indígenas, reafirmou as dinâmicas de dependência e desigualdade, características da formação socioespacial amazônica. A floresta onde habitam diferentes modos de vida foi transformada em mercadoria, e as populações tradicionais foram submetidas a regime de trabalho forçado, dívidas impagáveis e isolamento geográfico. Mesmo nos momentos de aparente crescimento da região, como o auge da borracha, os beneficiados foram apenas setores específicos da elite local e internacional, enquanto a maioria da população vivenciou a precariedade e a exclusão.

Com o declínio da economia da borracha e a crise do sistema de aviação, as populações amazônicas, especialmente os indígenas, seringueiros e ribeirinhos, resistiram e reinventaram suas práticas de relação com o território, reafirmando modos de vida baseados na subsistência, na diversidade cultural e no respeito aos ritmos da floresta. Esse processo evidencia que, apesar da violência dos projetos de colonização e modernização impostos, a Amazônia é também um espaço de resistência, luta e esperança em que outras formas de existência continuam a ser tecidas cotidianamente. Assim, refletir sobre o passado colonial e extrativista da Amazônia é essencial não apenas para compreender as marcas de desigualdade

que ainda persistem na região, mas também para pensar alternativas mais justas e sustentáveis que respeitem a pluralidade de seus povos e territórios.

## REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CLÉMENT, J. **O extrativismo na história agrária do Estado do Amazonas**. Relatório de pesquisa, Floresta Viva, 2008.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais e perspectivas latino-americanas. Tradução de C. W. Porto-Gonçalves. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 24-32.

FATHEUER, T. Amazônia: Região paradigmática situada entre destruição, valorização e resistência. **Um campeão visto de perto**: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro. 2012. Disponível em: <http://br.boell.org/sites/default/files/downloads/> Acesso em: 5 ago. 2018.

NASCIMENTO, M. das G. Migrações nordestinas para a Amazônia. **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**, v. 2, n. 12, p. 1-13, dez. 1998.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar**: políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papyrus, 1988

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. **GEOgraphia**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói (RJ), ano 8, n. 16, p. 41-55, Jul. 2008. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2006.816.a13521>

\_\_\_\_\_. A Geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**: Seção Três Lagoas, Três Lagoas (MS), ano 3, v. 1, n. 3. p. 5-26, maio de 2006

\_\_\_\_\_. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. **Amazônia**: encruzilhada civilizatória. Rio de Janeiro: Consequencia, 2017.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais e perspectivas latino-americanas. Tradução de C. W. Porto-Gonçalves. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107-130.

SANTOS, R. A. de. **História Econômica da Amazônia** (1800-1920). São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

PEIXOTO, F. Linha do tempo. Entenda como ocorreu a ocupação da Amazônia. **BBC News Brasil**, 22 jul. 2009. Disponível em:

[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090722\\_amazonia\\_timeline\\_fbd?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090722_amazonia_timeline_fbd?utm_source=chatgpt.com) . Acesso em: 5 de Maio 2019

VENÂNCIO, M. **Vozes silenciadas no território indígena Akwe-Xerente**: expressões da colonialidade no Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix) pós-construção da UHE de Lajeado no rio Tocantins. 2020. 271f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

\_\_\_\_\_; CHELOTTI, M. C. Colonização e apropriação do território amazônico: a exploração das “drogas do sertão” e a mão-de-obra indígena. **Revista GeoNordeste**: São Cristóvão, ano XXXIV, n. 1, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/geonordeste/article/view/17522>. Acesso em: 01/06/2025

Contato com o autor: [marcelo.venancio@ufmt.edu.br](mailto:marcelo.venancio@ufmt.edu.br)

Recebido em: 16/06/2025

Aprovado em: 13/12/2025

---

<sup>i</sup> Esse texto é parte de minha tese de doutoramento intitulada: “Vozes silenciadas no território indígena Akwe-Xerente: expressões da colonialidade no Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix) pós-construção da UHE de Lajeado no rio Tocantins” defendida em março de 2020, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>ii</sup> Trata-se de uma ordem religiosa católica que surgiu no século XII na região do Monte Carmelo, atual Estado de Israel. Mais informações: <https://fradescarmelitas.org.br/historia-dos-carmelitas/>.

<sup>iii</sup> Gêneros alimentícios.

<sup>iv</sup> Para Porto-Gonçalves (2012), é nesse contexto que se estrutura o sistema de aviação, uma espécie de crédito sem dinheiro que se sustentava com base em relações clientelísticas por todo o vale amazônico.